

**“HASTA CUANDO”?
A PROPÓSITO DAS ELEIÇÕES DE NOVEMBRO**

“No Brasil nada se acumula. Todos os dias se começa tudo, novamente.”
Fernanda Montenegro
Folha de São Paulo, 15-8-82

Permita-me o leitor o espanholismo, pois a atmosfera brasileira só está para bolero, no máximo para tango...

Tango ou bolero, nas danças e contradanças do sistema e das oposições. Gestos largos, passadas longas, volteios rápidos - tudo para causar efeito, impressionar as galerias, arrancar votos da multidão, que não baila... ou, se dança, o faz em outro terreiro, fá voltas com salários arrochados, custo de vida em sustenido, saúde desprotegida a abandonada, educação perdida na pancada monótona de um surdo solitário.

Tango ou bolero, nas máscaras lívidas, sob luz suspeita, que sorriem ou esgazeiam, buscando sempre o crédito do leitor; este - por esta vez importante, mas sempre tratado com o desprezo feroz e dissimulado de quem o usa... De todo o lado e de toda a parte, pois, como no tango ou no bolero estereotipados, não há mensagem ou conteúdo, murchados em simples forma, que sempre se repete:

Boneco mecânico, mal-azeitado, a afirmar, com gesto oco e sincopado, as glórias do sistema ou as virtudes do contra-sistema.

Tango ou bolero: tango velho e encarquilhado; bolero de data mais que remota, esgotado pelo tempo. E lá vai o par sem viço, em rodopios sempre os mesmos: ele, o cavalheiro do sistema, jaqueta longa, quase batendo nos joelhos, cabelo englostorado, envernizan-

do o crânio sestroso, rico e poderoso em manobras e recursos; ela, a dama das oposições, saiote de cetim partido ao lado, exibindo a coxa magra e a liga rota de tantas cavalgadas, finge de mocinha, tem faniquitos, lança a cabeça para trás em ânsia de entrega, e, quando vai ser tomada, bate o salto na passarela e proclama em voz anacrônica a sua anacrônica virtude.

Nos olhos do par vicioso, uma mesma luz velada: sabem que enganam, com uma diferença - um sempre teve, o que a outra sempre quis...

Ao fundo os olhos vivos e fortes dos que não dançam, que ainda não entendem e, quando entendem, não podem...

Tango ou bolero...

“Hasta Cuando”? Metáforas à parte, o panorama brasileiro, quase vinte anos após o desencadeamento do processo contrarrevolucionário de 64, É, para dizer o mínimo, melancólico.

O Número 10 da Nova Escrita/Ensaio vem à luz precisamente fá vésperas do tango (ou bolero?) eleitoral de 15 de novembro.

Tango eleitoral com música e letra do sistema, por band leader - João, um brasileiro, não lhe faltando, Porém, a orquestração das oposições.

Para o compositor, letrista e regente, tanto quanto para as orquestradoras, as bailarinas hão de ser as massas eleitorais. E estas, a gosto ou a contragosto, já estão “dançando”... E com elas “dançam!” as melhores perspectivas, as possibilidades mais generosas - “dança!” a alternativa única e verdadeira, que teria se firmado se não houvessem rasgado a letra que as massas esboçaram de 78 a 80, se não tivessem queimando a vigorosa partitura que elas rascunharam na mesma época, se fá massas tivesse sido possível encontrar uma vanguarda que lhes oferecesse uma orquestração e um re-

gente ideologicamente independente (não basta ser organizacional e politicamente autônomo), do ponto de vista proletário.

Muitos “ses”, dirão. Mas há ses e “ses”. há o “se” da conjectura trivial, do devaneio barato e escapista, mas há o se da possibilidade objetiva, inscrita na lógica do real. É deste que falo, pois é deste que se tratou, naqueles anos tão recentes, e tão enterrados. É um se de oportunidade objetiva, objetivamente perdida. Um se de possibilidade concreta, concretamente malbaratada.

Em face da rica alternativa que se foi põe-se, hoje, a pobreza de um tango (ou bolero?) ruim. Um velho e estereotipado “Tcharan!, tchan, tchan, tchan, tCHAN!” de tônica manjada e pirueta ridícula. Final de cena, explodem os acordes estrepitosos, todas as luzes sobre o par: jaz a dama fenecida sobre o esgotado joelho lunfardo, enquanto de perna estirada, com a ponteira aguda do sapatinho de verniz, dá um pontapé... na Lua. Surpreendida, de lado, exhibe uma calçola antiga, toda ressequida... É toda uma política sem tesão.

Disse que o panorama é melancólico. Sou, acaso, injusto ou, pelo menos, exagero? Qualquer processo eleitoral, excluídas situações excepcionais e falsas teorias - é importante. Muitas vezes, não tanto pela escolha possível que se pratica, mas por tudo aquilo que o processo enseja a nível de contato, esclarecimento e organização populares. De todo modo, importante. Mais ainda quando se trata de episódio que envolve pela primeira vez, depois de mais de quinze anos, relevantes cargos executivos. Quando, em suma, o evento poderia transformar-se em algo decisivo na pugna pelo abatimento do sistema imposto desde 1964. Poderia, friso, não pode mais; está perdido como instrumento para tal finalidade. E isto é uma vitória antecipada da sistema, sejam quais forem os resultados numéricos que venham a se configurar.

Não se iludam (adianta recomendar?) as oposições constituídas - legais ou semiclandestinas -: sob este ângulo essencial elas já

perderam. E, lamentavelmente, junto com elas perdemos todos nós - as massas e todas as individualidades sem-partido, que somam a esmagadora maioria dos eleitores e a quase totalidade da população brasileira. Perdemos dramaticamente, sem alternativas por responsabilidade delas, da mesma forma que não temos opção partidária integral, que seja legítima, válida, racionalmente sustentável e praticamente coerente.

E, se já perdemos, além de cumprir a 15 de novembro a ritualística do voto - o que sem dúvida faremos (pois qualquer forma de abstenção é insustentável, absurda, erro grosseiro, diante da oportunidade mesmo essencialmente desgastada, quase não mais que simbólica, de negar o sistema e seu valete - o PDS), trata-se, além da obrigatória consumação do rito a que lamentavelmente estão reduzidas as eleições de novembro, de saber por que já estamos batidos. Por que amargaremos a derrota, por mais que possa, eventualmente, se desenhar a “vitória” aritmética dos algarismos.

Princípio por uma afirmação sumária: estamos vencidos porque o processo político eleitoral foi politicizado por interesse e iniciativa do sistema e pela hegemonia ideológica castradora a que estão submersas as oposições.

Politicizar é tomar e compreender a totalidade do real exclusivamente pela sua dimensão política e, ao limite mais pobre, apenas de seu lado político-institucional.

Enquanto falsificação teórica e prática, o politicismo é um fenômeno simétrico ao economicismo.

O politicismo, entre outras coisas, fenômeno antípoda da politização, desmancha o complexo de especificidades, de que se faz e refaz permanentemente o todo social, e dilui cada uma das “partes” (diversas do político) em pseudopolítica. Considera, teórica e praticamente, o conjunto do complexo social pela natureza própria e pe-

culiar de uma única das especificidades (política) que o integram, descaracterizando com isto a própria dimensão do político, arbitrariamente privilegiada.

Em suma, consiste na liquefação da rica carnação da realidade concreta em calda indiferenciada, que é suposta como a política, enquanto não passa de uma hipertrofia do político, uma espécie de hiperpolítica que, nesta distorção, nega a si mesma.

Em outros termos, convertendo a totalidade estruturada e ordenada do real - complexo repleto de mediações - num bloco de matéria homogênea, além da falsificação intelectual praticada, o politicismo configura para a prática um objeto irreal, pois este resulta de bárbara amputação do ente concreto, que sofre a perda de suas dimensões sociais, ideológicas e especialmente de suas relações e fundamentos econômicos.

O politicismo arma uma política avessa, ou incapaz de levar em consideração os imperativos sociais e as determinantes econômicas. Expulsa a economia da política ou, no mínimo, torna o processo econômico meramente paralelo ou derivado do andamento político, sem nunca considerá-los em seus contínuos e indissolúveis entrelaçamentos reais, e jamais admitindo o caráter ontologicamente fundante e matrizador do econômico em relação ao político.

Trata-se, está claro, de um passo ideológico de raiz liberal.

É mesmo uma certa forma de acentuação do princípio liberal: a economia pertence à intangível esfera do privado (hoje, arautos de diversas procedências se deleitam na invocação pagã, da sociedade civil), enquanto a política vai, formalmente estufada, para o terreno da “coisa” pública.

A nossa burguesia, para quem o liberalismo econômico (a livre troca para sustentar e ampliar sua própria natureza explorada, através da associação crescente com a exploração hegemônica e

universalizante do capital externo) foi sempre apropriado e conveniente, nunca pôde, nem sequer poderia ter aspirado a ser democrática, tem no politicismo sua forma natural de procedimento.

Politicista e politicizante, a burguesia brasileira, de extração pela via colonial, tem na forma da sua irrealização econômica (ela não efetiva, de fato e por inteiro, nem mesmo suas tarefas econômicas de classe) a determinante de seu politicismo. E este integra, pelo nível do político, sua incompletude geral de classe.

Incompletude histórica de classe que afasta, ao mesmo tempo, de uma solução orgânica e autônoma para a sua acumulação capitalista, e das equações democrático-institucionais, que lhe são geneticamente estranhas e estruturalmente insuportáveis, na forma de um regime minimamente coerente e estável. O politicismo atua neste contexto, enquanto produto dele, como freio e protetor.

Protetor da estreiteza econômica e política da burguesia; estreiteza, contudo, que é toda a riqueza e todo o poder desta burguesia estreita. Efetivamente subtrai o questionamento e a contestação à sua fórmula econômica, e aparentemente expõe o político a debate e ao “aperfeiçoamento”. Portanto, atua como freio antecipado, que busca desarmar previamente qualquer tentativa de rompimento deste espaço estrangulado e amesquinhado.

Veja-se, como iluminura mais nítida, de 64 para cá: tempo em que a burguesia brasileira atinge seu ponto mais alto de desenvolvimento, e em que, decorrentemente, explicita com maior expressão seus caracteres essenciais. O regime político-institucional, desde Castelo, sempre foi afirmado, pelos donos do poder, como passível de “aperfeiçoamento”. Em contrapartida, a política econômica, em tudo que ela reúne de estrutural e decisivo, sempre foi e continua sendo dada como intocável.

Politicista por essência de sua formação histórica, a burguesia, a partir de 64, já com ampla consciência para o manuseio ativo desta sua característica intrínseca, e em progressivo aperfeiçoamento, converteu-a em recurso estratégico, que se manifesta, desde o discurso de posse de Castelo, até o momento atual da auto-reforma do sistema, alcunhada de “abertura”, engolfando, por inteiro, neste estratagema, o conjunto das oposições. Numa palavra, fez com que estas adotassem o princípio politicista, no que é, em grande medida, um arrastar das oposições ao campo ideológico do sistema. Se este pôde domar ideologicamente as oposições, isto não é devido apenas aos seus “méritos”, à sua efetiva, ainda que odiosa e exasperante, capacidade de operar os jogos do poder. A base sobre a qual atuou é a razão fundamental do sucesso que obteve, ou seja, tal como o sistema, as oposições brasileiras estão sob hegemonia ideológica burguesa. A ambas - sistema e oposições - o politicismo corresponde à faixa de segurança onde se movem em terreno próprio. Para além deste ficam as perspectivas das massas trabalhadoras, as únicas que poderiam e estão interessadas em romper o politicismo. Mas estas, entregues a si próprias, não tem como determinar os processos e conferir, ao conjunto do movimento, a direção implícita aos conteúdos que desenvolvem espontaneamente em certas iniciativas. Tem-se estiolado em várias oportunidades e acabam sempre por ficar como ponto de apoio tolhido, sobre o qual incide a prática da “oposição pelo alto”, tão própria ao politicismo, que tem caracterizado a ação das legendas e dos partidos de oposição, mesmo daqueles que se pretendem vanguardas da classe trabalhadora.

A engrenagem perversa, vista no conjunto de seu funcionamento, opera o desfibramento e a subordinação, especialmente ideológica, mas com todas as derivações políticas, das oposições ao sistema e das massas às oposições. Resulta o óbvio e o gritante: o sistema vê-se em condições de reproduzir, sem interrupção, sua capa-

cidade de controlar os processos e de manter a vantagem das iniciativas.

O quadro atual é a penúltima etapa da reconversão do sistema, sob controle e iniciativa do próprio sistema. Encaminhamento -, cujas síndromes mais remotas e ambíguas, velhas de quase dez anos, encontram-se já nos preparativos, com vistas ao exercício do poder, do “candidato” Ernesto Geisel -, itinerário que, sob formas predominantemente contraditórias, vem atravessando fluxos e refluxos, persiste e vem objetivando a passagem de uma forma de poder para outra, conservando intactas a natureza deste mesmo poder e a sustentação fundamental que o gera e anima: o complexo de um período de uma particular acumulação capitalista, expresso numa política econômica que não é posta em causa. Aparato e linha econômica por cuja sobrevivência estrutural, ao inverso, todas as “mudanças” são justificadas, e em benefício da qual todas as “alterações” são toleradas e propostas. Ou seja, mudar aparentemente tudo para assegurar a inamovibilidade do centro fundante, nesta plástica incruenta que apenas dessangra as energias dos adversários.

Quais os marcos, de partida e de chegada, do andamento em curso? O trânsito em efetuação vai do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa.

Deslocamento admitido, a nível hipotético e como nota genérica do ideário da contra-revolução, desde 64 (basta lembrar dos desejos proclamados e das possibilidades sempre reiteradas, quanto aos propósitos de “aperfeiçoamento institucional”, e, posteriormente, das *sístoles* e *diástoles* golberidianas), converte-se em necessidade prática com a emergente crise do “milagre”, a partir de meados de 1973.

A forma bonapartista, que então vigorava em sua plenitude, tem sua base social estremecida; sofre o lasseamento decorrente da desconjunção entre as distintas frações monopolistas, nacionais e

estrangeiras, até então satisfeitas com os proventos do “milagre”, mas que naturalmente se recusam a pagar os ônus da crise, que se manifesta e se inclina, sem reversão, para o agravamento. Tende a desaparecer, pois, a unanimidade que garantia o monolitismo (mais operacional que essencial) de um governo incontrastável que, nos “bons tempos”, ainda oferecia um duplo serviço: representava, “evanescente” - parecendo ser e não sendo, com suas estrelas e dragonas, uma posição “acima das classes”, portanto, “acima das contradições”, ao mesmo tempo que fazia, sem quaisquer melindres, todo o trabalho sujo da suja repressão.

As frações da burguesia intranqüilizadas, tementes aos danos materiais, que dos morais elas não cogitam, esfregaram e desentorpeceram as línguas, desejosas de manifestarem suas queixas e decididas, agora, a buscarem “novas soluções”. Era preciso falar! E se a falar se passa, não mais apenas aos cochichos nas câmaras e antecâmaras do poder, mas nas ruas e pelos jornais, como é possível calar os jornais e emudecer as ruas? - Abertura! Mas falar não é apenas informar; acima de tudo é propor uma ação. Quando neste “diálogo”, entre 78 e 80, entraram as massas trabalhadoras, elas introduziram o argumento concreto das greves.

Forçaram o tecido lasseado, esgaçaram-no, romperam-no em alguns pontos; em suma, dilataram as fissuras do sistema. Mas foram impedidas de prosseguirem: pelo sistema e pelas oposições.

A fala das massas e a fala das frações monopolistas: desde logo, falas radicalmente distintas; propostas de ação qualitativamente opostas.

As frações monopolistas (refiro apenas as componentes decisivas) ansiosas para remendar a plataforma benquista de seus bons negócios, ardentes por lhe aplicar uma meia-sola redentora, carecida com urgência, mas só enquanto certificadas de não lhe arranhar, nem de leve, o caráter e a direção, parolavam pelo “aperfeiçoamento

das instituições”. Na velha linha e na velha forma. Politicismo! As massas, muito mais no ato que no verbo, exibiram a chaga alargada de antiga fome e com ela derrubaram, por um momento, instituições depravadas (lei antigreve, por exemplo) e apontaram o caminho necessário: liquidar o alicerce econômico da ditadura, despedaçar a política econômica da superexploração do trabalho, dizer não, definitivamente, ao arrocho salarial e com isto puxar o tapete sob os pés do sistema. Romper, portanto o politicismo, fazendo prevalecer os conteúdos de raiz, na forma de um movimento das bases. Pela ação das bases atingir a raiz do sistema. E, assim, no desdobramento complexo de um complexo processo, chegar a abatê-lo. Dar-lhe fim pela combinação das exigências e prioridades autênticas das especificidades efetivas do todo concreto, resgatando, desse modo, pela morte do politicismo, a verdadeira prática da prática política verdadeira. Linha nova de novos conteúdos. Política!

Desfeitas, pela crise do “milagre”, as condições de sustentação da ditadura militar bonapartista, tratava-se de encaminhar o desenho de outra forma de sustentar a mesma dominação. Perecidos estavam os fundamentos do bonapartismo, até mesmo porque, para certas angulações dos setores dominantes, em dada medida e para aquela fase, estavam cumpridas suas finalidades: economicamente, garantira a superexploração do trabalho, patrocinando curta, mas intensa acumulação - nada mais do que a “inchação modernizadora” do aparato da velha subordinação estrutural da economia nacional, é certo, mas que fora suficiente, por alguns anos, para nutrir os cofres relativamente limitados e aplacar os temores ilimitados de nossa estreita burguesia; politicamente, desorganizara e aterrorizara o movimento de massas, especialmente o movimento operário, e desbaratara as oposições, especialmente do ponto de vista ideológico, mas também emasculara sua programática e influíra poderosamente em sua orgânica.

Premida, pois, pela crise econômica e tendo, do outro lado, a imensa insatisfação das massas, entregues, porém, à orfandade política, a travessia do sistema, em que pesem dissensões e dificuldades intestinas e complicadores emergentes de seu lado externo, pôde ser empreitada, pois, sob condições que lhe deixavam razoável espaço de manobra e boa margem de probabilidade de realização. O fundamental seria imobilizar as massas; estas, pelos seus fins e pelos seus meios, estratégica e taticamente, eram o grande obstáculo eventual. No mais, seria continuar arrastando e confundindo as oposições partidárias, além de controlar as resistências e as ambições internas ao sistema.

Na essência, portanto, a passagem do bonapartismo à autocracia burguesa institucionalizada é transpassada, de ponta a ponta, pelo politicismo. Este se revela como via, mediação e objetivo; mostra-se na fisionomia de chave decisiva de todo o encaminhamento.

O movimento espontâneo das massas trabalhadoras, que se verificou entre 78 e 80, ameaçou fletir o percurso, negando o politicismo e abrindo caminho para a política, para o historicamente novo. Nisto se mostrou, como por vezes ocorre nas lutas sociais, à frente dos partidos políticos, mas seus esforços foram baldados.

Entre a política e o politicismo prevaleceu, lastimavelmente, o segundo, o historicamente velho, por iniciativa do sistema e pelo concurso das oposições partidárias.

Predominando o velho politicismo, a travessia, partindo do bonapartismo, desemboca, sem alternativa, na institucionalização da autocracia burguesa.

Importa dizer que a institucionalização da autocracia burguesa é a expressão jurídica do politicismo, enquanto o bonapartismo é sua expressão explicitamente armada, na exata medida em que am-

bos são formas (no plural) de poder político de uma mesma forma de capital, de um mesmo modo de ser capitalista, que o politicismo sintetiza. No sentido de que o politicismo é a essência, tanto de uma como do outro, exprimindo a estratégia e a tática da incompletude econômica da nossa burguesia e da sua correspondente estreiteza política. Determinada, histórica e estruturalmente, a ficar muito aquém dos limites mais ricos e amplos das entificações burguesas clássicas e até mesmo prussianas, desconhece a autonomia econômica e lhe é completamente estranho o encargo de universalizante político - não pode se ver e assumir, na particularidade de seus interesses, como representante de todas as categorias sociais, da sociedade em seu conjunto.

Vedados lhe são o “luxo” e o simulacro desta representação, mesmo na forma de pretensão clássica, dado que se encontra sempre, pela sua atrofia estrutural e pela época em que surge e se manifesta em seus desdobramentos, em conflito aberto com as categorias sociais que tem por baixo, enquanto mansamente se subordina ou concilia com aquelas que se emparelham na sua própria altura ou estão acima dela. Resultam, pois, dois pólos para a genuína dominação capitalista no Brasil: a truculência de classe manifesta a imposição de classe velada ou semivelada, que se efetivam através de um mero gradiente, excluída a possibilidade da hegemonia burguesa, no caso, resultar de e no quadro integracionista e participativo de todas as categorias sociais, que caracteriza, com todos seus limites conhecidos, a dominação de tipo democrático-liberal. Vale repetir, esta é uma inviabilidade, no quadro nacional, enquanto um regime minimamente estável e coerente. Ou seja, do mesmo modo que, aqui, a autocracia burguesa institucionalizada é a forma da dominação burguesa em “tempos de paz”, o bonapartismo é sua forma “tempos de guerra”. E na proporção em que, na guerra de classes, a paz e a guerra sucedem-se continuamente, no caso brasileiro, no caso da objetivação do capitalismo pela via colonial, as

formas burguesas de dominação política oscilam e se alternam entre diversos graus do bonapartismo e da autocracia burguesa institucionalizada, como toda a nossa história republicana evidencia.

Fico apenas com um exemplo, para remeter à afinidade estrutural e indicar as diferenciações singularizadoras entre 37 e 64, dois momentos de vigência da forma bonapartista, e entre 45/6 e nossos dias, duas manifestações de passagem à autocracia burguesa institucionalizada.

No plano econômico, 64 é muito mais amplo que 37, ao passo que, do ponto de vista político, 45/6 é muito mais generoso que o quadro atual.

À saída do Estado Novo, o Brasil, dono então, no exterior, de significativos créditos em dólares, era um país a meio de um trânsito hiper-tardio para o capitalismo verdadeiro (industrial), apresentando um perfil econômico extremamente regionalizado, cuja interligação das partes era ainda frouxa, desenhando um mercado capitalista puntiforme; sua subordinação ao capital estrangeiro continha ainda ambigüidades, lacunas ou latências próprias de um processo inconcluso, que ainda permitiam, talvez, a suposição ou a projeção de possibilidades de um capitalismo autônomo.

Hoje, emergindo da forma bonapartista do sistema montado em 64, o país, titular, negativamente privilegiado, de uma imensa e inamortizável dívida externa, atestado e radiografia da natureza da acumulação praticada no período, é um território econômico estruturado na figura de um capitalismo monopolista subordinado, soto-posto às engrenagens de um mundo definido pelos monopólios imperialistas. País que conservou e inflou desníveis e contrastes regionais, mas que se apresenta organicamente centralizado, com um mercado capitalista integralmente formado. A internacionalização da economia completou e aprofundou sua subsunção econômica, conferindo-lhe os limites de sua acumulação industrial, que se concreti-

zou na distorção e na incompletude, determinando a total e definitiva impossibilidade de qualquer fantasia quanto à autonomização do sistema capitalista nacional.

Na euforia peculiar do pós-guerra, que registrou acentuada elevação de prestígio do campo socialista, o PC, em meados dos anos quarenta, ressurgindo do pouco que dele restara na década anterior, conheceu enorme crescimento numérico, expandiu sua influência com rapidez detendo (independentemente de méritos ou deméritos, que neste ponto não discuto), praticamente sem emulo, a hegemonia da esquerda brasileira.

Naquele momento o próprio *ethos* liberal, também fortalecido na luta contra o fascismo, parecia recuperar, no plano internacional, algum espaço, que estava inteiramente corroído desde a Primeira Guerra Mundial, reforçava, assim, a aparente inclinação intrínseca ao quadro brasileiro, no sentido de uma resolução burguesa de ordem democrático-liberal.

País, à época, com um contingente proletário relativamente pequeno, veria, apesar disto, o desenvolvimento essencial do dispositivo perverso, porém muito eficiente, através do qual, a hiperretardatária burguesia brasileira, deu forma institucional ao poder autocrático que lhe é próprio. A combinação de um aparato constitucional de feitio e ingredientes liberais (Constituição de 46) com um amplo complexo legal destinado a “organizar”, controlar e reprimir o movimento operário em especial e o sindicalismo em geral. Que os ramos, desta armação jurídica, neguem um ao outro é próprio da lógica orgânica dessa burguesia incompleta e imperfeita; é o seu modo legal de exercer ao limite máximo o poder de sua dominação, histórica e estruturalmente restrita.

Completa este perfil da segunda metade da década de quarenta, cujos lineamentos políticos essenciais perdurarão até 64, a lembrança de que o aparelho repressor do Estado Novo era, digamos

assim, para fixar diferenças, feito em boa parte de “improvisos” e tinha, em certa medida, todo um cunho “amador”.

Por derradeiro, mas não por último, não se há de esquecer que Vargas tentou empreender, mas não conseguiu chegar à auto-reforma do bonapartismo do Estado Novo. Foi deposto. Com certeza não por aqueles que desejavam mudar as coisas. Talvez porque tenha intentado algo para além da simples auto-reforma.

O sumário de nossos dias mostra-se bem diverso.

Em que pese sua ampliação e fortalecimento, o campo “socialista” (socialismo de acumulação) apresenta-se radicalmente desgastado; desnudado em suas aberrações e dilemas, vive uma crise enorme e indisfarçável, contribuindo assim, de modo decisivo, para a crise ideológica geral do mundo contemporâneo.

No interior do país, os diversos braços do stalinismo, em que se pulverizou o antigo PC, mostram-se como organismos restritos e amesquinçados, definitivamente exauridos e embrutecidos. Sua tendência é prosseguir no plano inclinado das sucessivas subdivisões e no aprofundamento da alienação teórica e ideológica em que estão submersos. A esquerda em geral, do mesmo modo, apresenta-se estilhaçada, em ampla dispersão ideológica.

Neste quadro, mais do que penoso, não se esboça, nem pode-se esboçar, qualquer sombra, por mais remota que seja, de hegemonia.

Por seu lado, o ideário liberal, internacionalmente reduzido à mera condição de sanção teórica do “reformismo” no poder, é uma vaga ideológica anacrônica em refluxo. Sob certos aspectos tem ainda guarida entre alguns curiosos penitentes do stalinismo, e em determinadas formas do “gauchismo” não marxista, cuja radicalidade se esgota na fronteira acanhada do liberalismo radical. No que tange à realidade política concreta do país e das classes, hoje, já não de-

semprenha qualquer função ou influencia de importância. A não ser, e apenas como sucedâneo, na periferia do sistema, nas áreas e regimes (por ex.: Norte/Nordeste) de maior expressão subcapitalista, onde a arrogância e a infertilidade oligárquicas das burguesias locais expressam, em determinados espaços, a radicalidade de seu caráter parasitário (forma extrema da negatividade da burguesia que se origina e reproduz pela via colonial), para as quais não só falta a capacidade, mas até mesmo o desejo e a coragem de produzir, pois integrar e participar da teia produtiva seria a morte de seu parasitismo lucrativo, conseqüentemente a sua própria morte.

Ainda diversamente do que ocorria nos anos posteriores à queda do Estado Novo, o país atual apresenta um amplo e extenso proletariado, inclusive de milhões de trabalhadores do campo. Mas, na mesma trilha daquela época, permanece armado e profundamente reforçado o dispositivo de “organização”, controle e repressão do movimento operário e das massas trabalhadoras em geral, ao mesmo tempo que, no presente, ele está jungido a um mosaico constitucional e a disposições jurídicas como a LSN, que bem testemunham a “largueza” democrática da auto-reforma do sistema.

De modo que, se o dispositivo montado na transição do Estado Novo já era perverso, e o era, a sua perversidade na transição atual só fez crescer.

O que está em perfeita consonância com o gigantismo do aparelho repressor montado pelo bonapartismo de 64 e por ele posto a funcionar, e a funcionar está, em moldes profissionais, apoiado em tecnologia avançada.

Resta dizer que, duplamente ao contrário de Vargas, o sistema atual busca apenas e tão-somente a auto-reforma, e já se encontra em ponto muito adiantado de sua execução. E nada permite suspeitar, no momento, de que não completará inteiramente seu objetivo.

Quanto a estes dois períodos singularizados, de um mesmo tipo de passagem - do bonapartismo para a autocracia burguesa institucionalizada -, arroladas que foram certas diferenciações, há que notar e grifar uma ocorrência comum a ambos: a desconsideração, por parte das oposições constituídas, especialmente das esquerdas, de que a edificação democrática, no Brasil, é essencialmente função do movimento das massas trabalhadoras; em outros termos, o desconhecimento ou a ignorância prática do caráter decisivo da centralidade operária na questão democrática.

Não se trata apenas do aspecto universal de que, a partir dos meados do século passado, a burguesia deixou de ser uma categoria social interessada na criação e desenvolvimento da democracia.

Trata-se de algo mais e de mais específico. Diz respeito ao fato histórico de que apenas para algumas burguesias, como a francesa, a inglesa, a democracia foi um objetivo real; de que outras, como a alemã, nunca estiveram predispostas para tal edificação; e de que para outras ainda, como a brasileira, tal propósito jamais poderia ter ocorrido. Vale fazer aqui uma transposição, recordando, no espírito de uma passagem de A Sagrada Família, que - não se trata do que este ou aquele burguês, ou mesmo a burguesia inteira, conceba em dado momento como o seu alvo; e, sim, do que é a burguesia, e do que, em conformidade com o seu ser, ela historicamente é compelida a fazer. Arremato: e, de conformidade com o seu ser, historicamente compelida, ela o faz, realizando sua universalidade nas formas particulares de sua gênese, objetivação e reprodução.

Em decorrência, de um modo geral, a partir da época referida, e, de modo clivado em especial, nas particularidades aludidas, a democracia passa a ser objetivável fundamentalmente como empreendimento proletário e da sua ótica. Assim, de modos diversos e em graus crescentes, ou o proletariado arrasta a burguesia para uma equação democrática, ou é por ela submergido na diluição dos for-

malismos liberais, quando não sufocado sob esta ou aquela forma de opressão despótica, tudo na dimensão peculiar, sem linearidades ou mecanicismo, das formas particulares de objetivação do capitalismo.

Na particularidade da via colonial, alternando-se as formas genuinamente burguesas de dominação entre o bonapartismo e a autocracia burguesa institucionalizada, que excluem a figura da democracia liberal, a emersão democrática fica, sem remissão, a cargo das massas trabalhadoras, sob nucleação da perspectiva operária. Estas detêm, no caso, com primazia de classe, o interesse real e coerente pela efetivação democrática. Tendo, ademais, a possibilidade de atrair ou arrastar para a mesma direção a outras categorias sociais. No que, ah, se refere à burguesia, pode ela ser arrastada ou compelida à democracia, esta pode ser feita à sua revelia, mas ela própria não é nunca seu agente.

Mas, no quadro da especificidade referida, quando a construção democrática se evidencia como tarefa histórica dos trabalhadores, simultaneamente se revela uma mudança qualitativa.

Na medida em que o agente democrático é por excelência a massa trabalhadora, tendo por centro aglutinador e norteador o proletariado, a motivação e o direcionamento não permanecem voltados, pura e simplesmente, para a objetivação de formas institucionais. Especialmente, quando, pela hegemonia burguesa de um processo, elas são as mesmas formas que integram o desdobramento da auto-reforma e a concretização da autocracia burguesa institucionalizada. Não há desprezo dos trabalhadores mesmo pelas franquias legais as mais elementares, ao contrário; mas à medida em que até mesmo estas só são dispositivos integralizáveis na proporção de sua interferência, tem de estar articuladas a matrizes mais substantivas: em primeiro lugar, às condições de salário e trabalho sob as quais, cada trabalhador e os trabalhadores em seu conjunto, na

imediatricidade, são compelidos a produzir e reproduzir suas existências materiais.

Em síntese e de modo direto, a objetivação democrática sob a égide dos trabalhadores, a única possível no capitalismo explicitado pela via colonial, implica o rompimento do politicismo. Ou seja, imediatamente tem de ferir o molde econômico do sistema. A intervenção do movimento das massas trabalhadoras recompõe a apreensão política e põe em jogo, de imediato, a totalidade do social. Sua construção democrática não é, pois, nem ao primeiro momento, a mera perseguição às franquias do liberalismo. O que lhe torna completamente estranha - com ela não se identificando, nem a ela se submetendo -, a tática impossível do impossível objetivo de primeiro conquistar a “democracia” para depois “tratar da vida”. Que, aliás, só não é estranha para a lógica adstringente do mais pobre liberalismo, e que, na essência, não difere da razão autocrática da auto-reforma em curso, no sentido de que a “democracia” possível da hiper-retardatária burguesia brasileira se resume na legalização, na institucionalização da sua insuperável negação da própria democracia.

A dinâmica da construção democrática pelas bases não é, simplesmente, ter as massas em movimento, mas dotar o movimento das massas, ao mesmo tempo, da arma programática que reordena a sistemática da produção. Num primeiro, mas talvez longo momento, reordenação na vigência ainda do modo de produção atual, posto que a demanda de rompimento e superação imediatas deste, não seria mais do que um voto piedoso ou uma tirada demagógica. Mas, reordenação de tal ordem, que implicasse um montante significativo de “desarrumação” e “desmontagem” de porções e aspectos de seu aparato, de modo a impedi-lo a reproduzir a prática da superexploração do trabalho, que hoje agudamente o caracteriza.

Numa palavra: compreender que democracia, minimamente efetiva, e arrocho salarial não coexistem, nem podem coexistir, a não ser na “democracia” da autocracia burguesa institucionalizada.

Foi precisamente isto, foi precisamente o desconhecimento da centralidade operária na questão democrática, que implica o rompimento do politicismo, e que demanda um programa econômico de transição democrática, foi exatamente tudo isto que a esquerda ignorou em meados dos anos quarenta, e, sob diversas modulações, até os fins do pré-64. E é tudo isto que ela continua ignorando hoje.

Com uma diferença - para pior. O quadro da transição de 45/6 era menos favorável, do que o atual, para o sistema econômico-político dominante, inversamente, o panorama daquela época era mais favorável às forças democráticas do que o é hoje.

Em linha de resultantes: a autocracia burguesa institucionalizada, que foi implantada em 45/6 e que se desdobrou até 64, terá sido, provavelmente, aquela da maior liberalidade que pode estar contida em tal forma de dominação política; muito menos “generosa” tende a ser a autocracia burguesa institucionalizada ora em fase adiantada de implantação.

Na medida em que as oposições, em especial as esquerdas - mantiveram e reproduziram a ignorância prática da centralidade operária, desconhecaram a necessidade de romper o politicismo, e não compreenderam o imperativo de um programa econômico de transição democrática - é que elas sucumbiram ao ardil do politicismo e, hoje, depois de uma longa trajetória, à qual não se nega valor de resistência e até momentos de pesado sacrifício, mas essencialmente tecida de equívocos, desembocam na melancólica posição de colaboracionistas da politicização das eleições de novembro, levada a cabo pelos interesses e a vocação do sistema.

Por isto as eleições de novembro já se perderam como arma, no processo de abatimento do regime vigente. Este logra mais um passo bem sucedido, em seu encaminhamento da auto-reforma, pois as eleições politicizadas de novembro materializam o penúltimo ato de reconversão do bonapartismo em autocracia burguesa institucionalizada, cuja cena derradeira, projeta o sistema, será a apoteose da próxima sucessão presidencial.

As eleições politicistas estão para a sustentação da auto-reforma, como a auto-reforma está para a conservação do poder. Meditações, portanto, de uma cadeia de mediações, que visa e possibilita, especialmente, a conservação da atual fisionomia do solo econômico.

Mas conservar a política econômica vigente é negar, na essência e de todo o modo, qualquer postulação democrática coerente. É, inclusive, na aparência, tornar incongruentes até mesmo suas contrafações mais débeis, como as produzidas pelo sistema para gasto e consumo eleitorais. Incoerência do sistema ou amálgama politicista? Considerada a apreensão, que determina a amálgama politicista como substância da fórmula jurídica da autocracia burguesa institucionalizada e, a esta, enquanto a legalidade da negação da democracia, desaparece a Incoerência, para restar algo muito mais importante: a contradição, a contradição de realidade, insuperável pela “síntese” politicista - sua equação econômica nega a legalização democrática, a legalização democrática nega sua equação econômica. Portanto, a contradição, que resta, resta como cerne que entifica a forma particular do capitalismo brasileiro. No que realiza, é evidente, de modo peculiar, o caráter contraditório universal do capitalismo. Enquanto este, na sua particularização clássica e mais evoluída, recusa, é óbvio, de maneira implícita, o questionamento teórico e prático do modo de produção capitalista, mas possui a força e o espaço, e tem com isto como admitir, debaixo de regras democráti-

co-liberais, o questionamento econômico a nível reformista - e todo o segredo da social-democracia reside, meramente, em dar corpo a esta elasticidade -, o capitalismo subordinado da periferia, como o brasileiro, não possuindo a folga daquele, sempre roído pelo seu subordinante, e compelido a roer superlativamente seus subalternos, não só preserva na generalidade o modo de produção, mas nega qualquer gênero de questionamento econômico, pois, não pode lhe escapar que, dentro da realidade de sua estreiteza capitalista, toda alteração significativa só pode provir da angulação das massas, implicando, mesmo quando não fere seu arcabouço fundamental, uma parcela de sua desmontagem, algo, portanto, em seu detrimento, no prejuízo imediato e na abertura de uma perigosa perspectiva.

Portanto, descartar o questionamento econômico, que significa garantir seu molde atual, e garantir o “aperfeiçoamento institucional”, que significa descartar a democracia, não é uma tática circunstancial, um “casuísmo” da “improvisação desesperada”. É a tática consciente, mediadora de uma finalidade perfeitamente estabelecida.

É profundamente lastimável, porém, tática e estratégia, no campo oposicionista, não se mostram com o mesmo nível de lucidez.

Enquanto o sistema faz as eleições politicizadas para afastar e garantir o quadro econômico, as oposições, enredadas, por dentro e por fora, pelo ardil politicista, afastam a questão econômica para “garantir as eleições” e “conquistar a democracia” O diabólico, neste pôr de lado a questão econômica, é que, para além de fazer o processo convergir na direção dos interesses do sistema, as oposições confundem e desarmam, desorganizam e desmobilizam o movimento de massas.

Não foi outra coisa que se viu, salvo algumas exceções momentâneas, quando entre 78 e 80 as massas trabalhadoras ressurgiram, no panorama político nacional, e, por um breve período,

pondo-se à frente dos partidos, evidenciaram a que vinham e o que podiam. Entreabriram a possibilidade de uma efetiva política oposicionista, com objetivo determinado e tática segura: conquistar a democracia pela ação de base das massas, ferindo a base econômica do regime. Por um tempo, geraram sensível intranqüilidade no seio do governo e maior perplexidade no bojo das oposições. Estas, inermes e atabalhoadas, ideologicamente docilizadas, não foram capazes de se ligar e unir à perspectiva de totalidade aberta pelos trabalhadores; mostraram-se incapazes de fundir e vincular sua expressão político-parlamentar à força político-social das massas; não souberam sintetizar os interesses sociais e econômicos das maiorias com os passos genéticos de emersão democrática.

Pior que isto. Alguns, de início, e progressivamente quase todos findaram por enxergar o movimento de massas como emulo perigoso da “abertura”. “Não tensionar as contradições de classe” foi a palavra e a prática covarde e degenerada que, sob diversos oportunismos, acabou prevalecendo. E quando o movimento de massas, sozinho, premido pelo desemprego e fustigado pela repressão, refluíu, as tolas cabeças balançaram sua travestida complacência, na satisfação de sua pútrida “acuidade”.

Abatido e demesticado o movimento de massas, as oposições trataram de pôr a mão nele, de canalizá-lo para a eleições, num ato de conversão e desfibramento do movimento de massas em cândida pletera de eleitores da massa.

Monumental serviço prestado pelas oposições ao sistema. O que este só podia alcançar por mal, aquelas lhe facilitaram por bem, sob a aura da batalha oposicionista e democrática. Em lugar de travarem uma campanha eleitoral fundada na luta e política totalizante das massas, as oposições, inertes na parcialização das perspectivas, desmobilizaram as massas em proveito das eleições. Inverteram radicalmente os termos da equação: em vez de partirem das massas e

visarem as eleições, visaram as eleições e foram às massas; levaram às massas a perspectiva das eleições, invés de levarem às eleições a perspectiva das massas. Eleições, sim, enfim alcançadas, mas agora irremediavelmente eleições politicistas. Politicistas em razão dos motivos conscientes do sistema, na sustentação prioritária de seu cerne econômico; politicistas pela oposição, porque, desarmado o movimento de massas, extinguiu-se, para efeitos imediatos, a possibilidade, entreaberta pela prática das massas, de dar início ao combate por um programa econômico de transição democrática, e até mesmo a consideração teórica deste, na aparência, voltou a se distanciar do plano das promessas políticas, reforçando o pressuposto não provado e a debilidade comprovada das correntes de oposição.

Adiando a questão econômica, o que implica afastar as massas, e afastando as massas, o que implica adiar a questão econômica, a oposição adiou e afastou, *sine die*, a democracia.

E ambas, sistema e oposições, se enlaçam, ideologicamente, no tango (ou bolero?) eleitoral, sob a rufar da charanga que executa o tema do “aperfeiçoamento institucional” contratema da “democracia abstrata” das oposições. Tema e contratema de uma mesma partitura, em que pesem as notas diferenciais de motivação, convicção e até mesmo das boas, mas burras, intenções; compassos harmônicos do mesmo simulacro de democracia liberal que, no caso brasileiro, é sinônimo e faz a melodia de fundo da autocracia burguesa institucionalizada.

Diante desta orquestração desoladora, sobra muito pouco para alguma dança, verdadeiramente proveitosa, do eleitor. Mas, para além do imediato, é imperioso indagar...

Contudo, se ao velho Lenin, no caminho certo, foi possível perguntar, com o peso da seriedade e a energia da determinação - Que Fazer?, a nós, melancolicamente, à garupa deste instante, resta apenas o saboroso, mas prosaico e arrefecido, ainda que gesticuloso: “E adesso che facciamo?” O

pouco que resta a fazer, numa eleição duplamente politicizada, é a sobra da escolha tópica, a opção reduzida entre o ruim e o péssimo, enxotado, evidentemente, o tenebroso, que é o valete partidário do sistema, o PDS.

Sob que critérios? Nestas eleições de novembro, viciadas até à raiz pelo politicismo, através do qual, objetivamente, o sistema se reproduz econômica e politicamente, e as oposições reproduzem, de forma ampliada, a alienação da “oposição pelo alto”, é evidente não ser possível encontrar uma opção partidária satisfatória, una e integral. Mesmo, elementarmente, dado que nenhuma das legendas de oposição apresenta uniformidade ou homogeneidade nacional, no que tange à definição ideológica, expressão organizacional e significado programático. Diferenças de região para região, de Estado para Estado, e de cidade para cidade, mais em alguns casos, menos em outros, marcam e clivam cada uma das agremiações.

Partidos nacionais de oposição não há, nem os legais e muitíssimo menos os semiclandestinos.

Uma escolha, razoavelmente praticada, em condições tão adversas, há de considerar pelo menos, para cada caso, o que há de definição ideológica, significado programático, expressão organizacional, potencialidade eleitoral e também de perspectiva de futuro para cada partido político, bem como a representatividade e a autenticidade das individualidades que, encarnando a cada um deles, postulam os votos de oposição.

Numa pincelada descarta-se, penalizável por todos os critérios, ao PTB, sùmula torpe do mero apetite político acanalhado.

Do PDT também não há muito a dizer. Algo mais do que um partido de um homem só, nutre-se da idéia de um socialismo reformista, distributivista. Disto e de um nacionalismo, que busca atualizar, deseja fazer a presentificação da proposta getulista.

Ainda que um Vargas, paramentado de social-democrata, componha uma figura extravagante, o PDT, por suas referências às questões sociais e econômicas, não deixa de veicular, aqui e ali, algo de sério, que merece atenção. Um aqui e um ali, que se resume ao Rio com Brizola e Saturnino Braga e ao Rio Grande do Sul com Colares, mas que, dado o deserto penoso e pavoroso em que estão convertidas as oposições, ganha um significado que não alcançaria em outras circunstâncias.

Sobre o PMDB, que traz a herança da resistência democrática dos anos mais duros, cacife único de sua longa cruzada, inside a dose maior de toda a crítica apresentada.

Enfant gaté das oposições, cheio de melindres, como se os imensos equívocos de seu passado não lhe dissessem respeito, é o monstrinho prodigioso do circo político nacional, praticamente fervoroso e beneficiário principal da “oposição pelo alto”. Teima, oportunisticamente, em usar as calças curtas da roupagem frentista, quando suas longas pernas ossudas, cobertas de pelo, de há muito exigem o traje adulto da definição partidária. Travestido de infante, escamoteia a anatomia de seu velho corpo “liberal”. Não é bem culpa deste, nem de sua hegemonia, que as correntes “mais avançadas”, nele afluentes, aceitem sua regência, amem seu corpo flácido e nele se desmanchem, e na diluição arrastem, corroam e desfaçam as energias das massas. Não, verdadeiramente não é bem culpa dos “liberais”, que outros ponham ao seu comando um enorme contingente de votos dos trabalhadores, invés de arrastar os votos “liberais” para a órbita de um programa demarcado pelo interesse dos trabalhadores. Não é bem culpa sua, mas, sem dúvida, resulta em seu proveito, e no desproveito das massas, o que novamente o beneficia. Proveito e benefício que não despreza, muito ao contrário, nem lhe vão às mãos por ingenuidade ou inocência. O mecanismo geral que patrocina tal fagocitose, o politicismo, é o mesmo do qual se

aproveitou o sistema, no seu brilhante golpe da fusão entre PMDB e PP. Incluída na “solução” frentista, de molde e caráter “liberais”, as esquerdas são fletidas a uma posição mais à direita, do mesmo modo que, incorporando o PP, o PMDB foi empurrado ainda mais para a mesma direção.

Não vai ah qualquer repúdio a uma autentica política de frente. Mas esta é algo muito diverso do que está compreendido no PMDB, e do que vem sendo praticado tradicionalmente pela esquerda brasileira. Os supostos imprescindíveis de uma verdadeira política de frente, concebida e praticada da perspectiva do trabalho, compreendem a independência ideológica, a organização política autônoma e a definição precisa de um programa dos trabalhadores. É assim apetrechados e assumidos enquanto classe que os trabalhadores podem, diante e com outras classes, estabelecer uma plataforma comum, em atendimento a exigências políticas de uma realidade dada. E uma articulação, pois, de classes, assumidas estas em sua completa independência. E não a somatória tópica de meras individualidades, muitas vezes insomáveis, que é a via única a que induz o esquema frentista de inspiração liberal, que não é representativo das classes, nem é por estas controlado.

Distanciando-se das bases materiais da vida social, o que as afasta das bases de massa dos trabalhadores, as esquerdas, ao fim e ao cabo, despojadas de força e representatividade, perdem até mesmo a condição de componentes válidos para a constituição de uma válida política de frente, quando esta se impõe e viabiliza; e, assim, desqualificadas e degeneradas compõem a solução frentista de talhe liberal, que acaba por as descredenciar, desacreditar e deglutir até aos ossos. Assim ocorreu no passado, no PTB, PSP etc. e de forma ainda pior, no presente, vem ocorrendo dentro do PMDB.

É por tudo isto que não são as esquerdas que empurram o PMDB mais para a esquerda, mas é a hegemonia “liberal” do PMDB

que atira as esquerdas ainda mais para a direita. Resultado da “solução frentista” que tolera, absorve e condiciona todas as venalidades “políticas”, praticadas no passado e no presente, onde o conchavo substitui a luta pela hegemonia, e a “plataforma frentista” esvazia os conteúdos de classe. Assim, por exemplo, foi possível haver um Ademar de Barros e há um Miro Teixeira. Isto, só para aludir a algo do pior, e não apenas de um ponto de vista ético...

O fato de a sustentação frentista residir sobre uma precária somatória de individualidades, não enraizada ou legitimada pelas massas, é que lhe confere uma permanente instabilidade. Sua fraqueza política tem seu equivalente na sua debilidade orgânica e no raquitismo de seus compromissos programáticos e ideológicos.

Está, assim, continuamente sujeita a reconversões de propósitos e a expansões e contrações agudas. A rapidez da saída e da volta dos membros do PMDB, que integraram o PP, é bem uma ilustração disto. É, neste sentido, que o PMDB é, de todas as legendas existentes, a mais exposta a divisões e evasões. Após as eleições, e diretamente relacionado com os resultados efetivos destas, a demanda de um novo esquema partidário, especialmente, mas não apenas, por parte do sistema, tende a levar o PMDB a uma significativa retração. Basta refletir, com realismo, sobre o que sucederá se o sistema tornar a entreabrir a possibilidade de redefinições partidárias. E vale pensar também a respeito do desejo confesso, de não poucos, de ressuscitar o PP ou de um seu sucedâneo; o que, aliás, não está apenas no terreno dos sonhos, mas nas pontas dos cordéis que vem sendo entretecidos, de norte a sul do país, e aos quais não são estranhos muitas das figuras de proa do PMDB.

Mesmo porque, este airado PMDB, que tem feito uma pobre guerrilha de salão pelo resto do banquete dos poderosos - a que mais pretendem suas alas hegemônicas, se não apenas a uma mera reordenação “técnica” e de superfície da esfera econômica, que lhes

permita, ah, uma inserção mais cômoda e segura, com os correspondentes saldos no terreno do poder? -, não teve nada de melhor para oferecer, a toda a presente campanha eleitoral, do que o arroubo atroz de uma fantástica ideologia da grande vitória.

Hoje, exatamente a trinta dias do pleito, o plano de realidade, para quem não deseja iludir-se mostra-se bastante diverso do apreço por esta mísera e alienante ideologia: até mesmo certos rincões dos “votos úteis” e das “vitórias certas”, através dos quais foi tentado o atropelamento da consciência eleitoral mais exigente, estão sensivelmente abalados. Quase sempre, lamentavelmente, a favor do sistema, mas o PMDB torna, assim, a exibir o verdadeiro tamanho de seu corpo e o mosaico efetivo de seu rosto. Fisionomia de escoteiro taludo, troncho na farda de menino, velho para ser coroinha, mas já não tão moço que não possa ser bandido.

Escoteiro político capaz de juntar a sovinice ideológica de Franco Montoro - cuja única ferocidade é seu conhecido anticomunismo, senador de aspiração a feitio e talhe carvalhista, por cuja herança briga com o fantasma caricatural de Jânio Quadros -, com a imprudência desabrida e besuntada deste camelô chaguista que é Miro Teixeira, parido e nutrido, feito e refeito, só e só e não mais do que só, de repelente oportunismo. E a isto, junta o escoteiro, a provectice “liberal-mineira” (ou “mineiro-liberal”?) do manjadíssimo Tancredo Neves. Menos mal, conhecido em todos os seus limites, não há o que esperar. Ao sul se agrega algo que até faz parte do menos ruim, o bom-burguês do Pedro Simon. Todavia, é na outra ponta do país que o PMDB encontra seu melhor e mais reto candidato, o pernambucano Marcos Freire. Não mais que uma personalidade íntegra e dedicada, de corte “liberal” (sempre esta palavra, que tão mal se ajusta ao Brasil) com forte sensibilidade e ressonâncias populares. Sem desabono para este candidato, melhor seria que fosse Arraes, algo do melhor de pré-64, mas parece que arribou um pouco desassossegado... e, enfim sempre há que respeitar esquemas... em tudo se mete o politicismo... em tudo aparece, mesmo no lado bom, o lado bandi-

do do PMDB... não fosse este o partido escoteiro, coroinha e malandro, de uma das partes - sempre bandida -, da bandida burguesia brasileira...

Por fim, resta olhar para o PT.

A primeira tragédia do chamado Partido dos Trabalhadores é o suposto entre muitos de seus dirigentes e ideólogos, de que ele seja uma idéia, e não uma necessidade. E, evidentemente, uma idéia deles. Uma idéia de ideólogos, não uma necessidade dos trabalhadores.

Não compreenderam, ou não quiseram compreender, que, ao longo e depois dos eventos operários de 78/80 (para não falar de antes), era gritante e manifesta a necessidade da criação de um organismo político da perspectiva dos trabalhadores. Necessidade dos trabalhadores posta pela lógica de seu próprio movimento, pois tornara-se patente a falência completa e definitiva de todos os braços do stalinismo, que até então se arvoravam da representação operária. Abrira-se, ou melhor, alargara-se ostensivamente um espaço desisivo, porém vago, que exigia preenchimento.

Explicitara-se, de modo agudo, uma necessidade. Se ela seria bem ou mal resolvida, dependia, ah sim, de idéias e condições, favoráveis ou desfavoráveis para a sua concretização.

A segunda tragédia do PT são precisamente as idéias de seus mais influentes ideólogos.

O que Marx pensou, em Crítica da Economia Nacional, Texto de 1845, dos ideólogos alemães, vale pensar para alguns de seus confrades nacionais - não fazem mais do que repetir historicamente, sob forma de comédia e post festum, as formas ultrapassadas e envelhecidas da história mundial.

A curta história do PT é a história de um desencontro, ou talvez seja melhor dizer de um encontro infeliz. O encontro desafortu-

nado entre o que de melhor e mais autêntico emergiu do movimento operário no pós-64, e da figura mais brilhante do sindicalismo brasileiro - Lula, com um produto ideológico de baixa qualidade, uma espécie de “resíduo calcinado” da crise ideológica dos nossos tempos. Crise ideológica e “resíduo” que, embora parecendo mais questionar do que responder, questionam mal e respondem errado. Tem de se reconhecer aí uma grande dose de perplexidade, mas também grande parcela de temor por eventuais contaminações stalinistas. Este grande responsável reaparece, mas isto não explica, nem justifica prevenções ou preconceitos, muito menos saltos ideológicos para trás. Da perplexidade, do temor, das prevenções e dos preconceitos, bem como das acrobacias ideativas a ré, que recusam a razão e a história - em última análise ao próprio proletariado, acaba por originar-se uma postura de liberal-radicalismo entrelaçado com as formas mais banais e descarnadas do pensamento anarquista, tudo de permeio com uma lastimável atitude de quem está “descobrendo a América”: o anacronismo da repetição histórica, sob forma de comédia e post festum.

Resulta de tudo uma obsessão pelas formas de organização e procedimento. Tudo passa a girar em torno disto: importa mais como se faz, do que aquilo que se faz; ao limite, o conteúdo é a forma, mesmo porque o conteúdo é suposto como partenogeneticamente secretado pelas massas. Confunde-se força, ação, interesse e testemunho, que as massas podem e, de fato, oferecem, com as carências que elas próprias sentem de orientação, esclarecimento e condução. Enfim, o basismo e o espontaneísmo, sob todas as modalidades, se revelam e manifestam. Anda-se para trás, na ordem de um século, para reencontrar insipiências martovianas ou pré-martovianas.

Em suma, a riqueza substantiva do ressurgimento operário de 78/80, a matéria-prima estuante de vida, ávida por orientação política, que só pode provir da análise científica rigorosa e completa,

foi, desgraçadamente, encontrar o raquitismo arrogante de um enxoval ideológico em crise.

Antes mesmo de formado, o próprio embrião deste PT, parasitado por semelhante enxoval ideológico, já influem negativamente sobre o movimento operário do ABC, levando a greve de 80 ao impasse e à derrota, na busca de um “mártir político”, que lhe servisse de ponta-de-lança e de carro-chefe.

Depois, foi um progressivo “ir tomando conta das coisas”, que faz, hoje, o PT uma pequena agremiação, vazia de operários, arrastada às costas por um único homem: Lula, que “tecnicamente” muito aprendeu, no processo que o vem transformando, de um grande líder sindical, num modesto e politicamente debilitado dirigente partidário; mas, até hoje, não pôde aprender que não basta a independência sindical, nem a independência partidária; que sem independência ideológica o movimento operário está exposto a sutis e terríveis servidões. Sem independência ideológica, o PT sucumbiu, não sendo, na atualidade, mais do que uma legenda de magra parcela dos assalariados, vivendo um clima pequeno-burguês de subjetiva radicalmente, através de uma espécie de “filosofia-mundana”, bem tolerada pelo sistema, nesta hora eleitoral. Para muitos não passa de um exotismo. Mas o que pensar de um partido, que se quer dos trabalhadores, mas que apenas diz que tudo depende de sua organização, que se recusa a orientá-los, que se nega a apontar-lhes o caminho, que não se assume como vanguarda e se oferece meramente como canal de pressão? O PT está no pleito de novembro buscando sua viabilização, em atendimento a dispostos legais. E isto é legítimo. Mas, já não se pode ser tão categórico, nem muito menos, quando, em razão do que apresentou, até hoje, no plano ideológico, programático e organizativo, se indaga se merece sua viabilização, se esta correspondente às necessidades atuais e futuras das massas trabalhadoras.

O PT, em vista da questão eleitoral, não escapou ao politicismo geral das oposições. Um politicismo forçado, pode-se talvez dizer, mas o fato é que se distanciou do movimento sindical, não procurou fazer uma campanha apoiada sobre o movimento de massas, e não atinou com as necessidades de um programa econômico de transição democrática. Suas imperdoáveis vacilações, quanto à realização da Conclat, são disto grande e significativa evidencia. A realização da Conclat, às vésperas das eleições, seria precisamente a última oportunidade para uma tentativa de modificação qualitativa do processo eleitoral. Seria a chance de tentar arrancá-lo do absoluto domínio politicista sob o qual fenece. Sucumbiu especialmente o PT quando, posto entre viabilizar-se pela rota do movimento de massas “ou” através da via eleitoral, não foi capaz de somar e articular os dois caminhos e acabou por embarçar-se, até à alma, apenas no jogo eleitoral, soçobrando às exigências deste. E neste campo será fatalmente batido. Procurará, então, reencontrar a necessidade originária de seu advento, ou se contentará em ser a micro-legenda de uma ideologia menor? De tudo isso resulta a clara evidencia de que, na débil torrente democrática do processo brasileiro, fraca é também a corrente proletária que nele atua. Fraca pela incompletude de classe, que também atinge o proletariado no Brasil, e super enfraquecida pela desorientação a que é submetida, sistematicamente, pelos partidos que o querem representar e conduzir. Assim, a história do movimento de massas em geral e do proletariado em especial, no país, tem sido e é até hoje, antes de mais nada, a história de seu arrastamento e subordinação à hegemonia burguesa.

Diante deste panorama, mais uma vez, é preciso cumprir a ritualística do voto. Obrigatoriamente, de norte a sul do país! Não seria razoável, depois de extensa Crítica, ser inconcludente, ou seja, omitir a expressão concreta de um voto.

Assim, concludo, sem outra pretensão que não seja o registro de uma simples opinião. Opino. E o faço puramente na primeira pessoa do singular. Quem dela vier a gostar e desejá-la para si, não precisa de licença, mas assume, como no amor, toda a responsabilidade que houver.

Nas regimes Norte-Nordeste não há como escapar: é PMDB. Um de seus piores candidatos, o amazonense Gilberto Mestrinho, provavelmente vencerá, e o melhor deles, Marcos Freire, dificilmente fará o mesmo. Mas a questão, contra a própria ideologia da grande vitória do PMDB, é bem mais complexa. E no Norte-Nordeste, simplesmente complicar as coisas para o sistema, tentar barrar o caminho de um “bandido maior” com as mãos de um “bandido menor”, e gerar o hábito e a descontração políticas para um voto de oposição, bem como de um voto desvinculado de trocas clientelistas, é já alguma coisa não desprezível, principalmente quando não há nenhuma outra opção, que tenha algum significado ou representatividade, seja no plano ideológico, seja no plano da abertura de perspectivas futuras. No Norte-Nordeste, o PT simplesmente não existe, em qualquer destes planos. Algumas pessoas, que lhe envergam o “fardão”, são respeitáveis como individualidade comprometidas com boas causas e, às vezes, com maus roteiros, mas não alcançam qualquer nível de representatividade efetiva dos trabalhadores, rurais e urbanos, ah compreendidos.

No Rio, há que se contentar com Brizola. Da velha guarda foi aquele que retornou mais inteiro. Nada mais, no passado, do que uma espécie de “republicano radical”, que foi confundido como “perigoso incendiário”, é, hoje, um discípulo avançado da social-democracia. Pena que fique por aí, mas tem a seu lado uma presença válida e estimulante, a quem a vivência de PMDB prejudicou muito, mas que soube, ao limite, romper com ela, não transigindo com a deliquescência final sofrida pelo PMDB carioca: Saturnino

Braga. há uma razão a mais, Brizola pode e provavelmente derrotará o boneco chaguista. Basta isto, nas circunstâncias, para credenciá-lo. A dignidade dos trabalhadores cariocas merece, ao menos, isto. E a bofetada é mais para atingir a degenerescência dos que movem os cordões eleitorais do boneco, do que a este, coisa de infinito valor. Aqueles, sim, não podem ficar impunes.

Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul que tenham a honra proletária lavada pelos candidatos do PT. Lula e Olívio Dutra por tudo que representaram, e espero que voltem a representar, no movimento operário. E em Minas, simplesmente porque não resta outra alternativa. Valerá mais, como perspectiva de futuro, um voto de esgarçado sentido ideológico, do que a reiteração do vício politicista, de que Trancredo Neves é campeão. Em outras circunstâncias, firmemente empurrado pelo movimento de massas, e não empurrado, como hoje, poderia, ao limite de injunções, ser cogitado. Nunca hoje.

Em São Paulo, o voto em Lula é a manifestação de apoio e resgate do que os trabalhadores fizeram entre 78 e 80, na esperança de que tornem a fazê-lo em breve. O voto em Lula é a reafirmação dos eventos memoráveis de São Bernardo, a certeza de que ah foi indicado o caminho que este terá de ser e será retomado e desenvolvido, caso se queira, de fato, chegar a alguma democracia. É, portanto, infinitivamente mais um voto em Lula do que em Luís Inácio da Silva.

está visto, o critério que prevalece não é o da mera vitória eleitoral, que nenhum dos três, nem remotamente, detém esta possibilidade, ainda que a votação de Lula será, com certeza, para dor e raiva de todos os politicistas, mais do que expressiva - o que é bom e certo. Mas, numa eleição, não se joga apenas com a sorte e a cifra das urnas. Há vitórias decisivas, como fustigar impostores e sustentar padrões ideológicos, que são feitas mais de verdade e coragem

do que de votos. Principalmente quando se semeia futuro, sem impaciências, e se encara o presente de olhos abertos.

Por fim, vá lá que seja, em mais um capítulo da história do “bom bandido”, e no caso de “bandidos” vitoriosos: Iris Rezende em Goiss e José Richa no Paraná, ambos do PMDB.

No pré-64, chegou a ser moda política falar em “generais do povo”; como de lá para cá declinamos abruptamente, quem sabe se a campanha eleitoral de 82 não acabe por consagrar o título de honra de “bandidos do povo”...

Findo por aqui. Encerro meu voto. Opinei o quanto basta.

E diante do cenário triste que se fecha, lembro que principiei com a irreverência de um espanholismo, gancho para a ironia feroz do tango *lunfardo*. Concluo com o pesar de uma antiga indignação romana. Com as palavras de Cícero, a todos os Catilinas, refaço a pergunta feita de partida: Quisquae tandem? “Até quando, afinal, abusareis da nossa paciência?”

(OUTUBRO/82)